



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria-Geral do Estado

Seleção de Estagiários de Graduação
Prova de Conhecimentos Específicos – 28/07/2018 - Manhã

IV EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTAGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - 2018

INSTRUÇÕES

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
2. Ao receber o caderno de respostas, confira se a prova está completa, contendo 15 (quinze) questões objetivas e 01 (uma) questão dissertativa. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal de Prova.
3. **Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de respostas, inclusive em relação às questões objetivas, que devem ser respondidas mediante preenchimento do cartão correspondente.**
4. Não haverá substituição do caderno de respostas.
5. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre candidatos, bem como o uso de livros, apontamentos e equipamentos (eletrônicos ou não). O não-cumprimento dessas exigências implicará na exclusão do candidato desta seleção.
6. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal de Prova.
7. O tempo para o preenchimento do caderno de resposta está contido na duração desta prova.
8. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos e após entregarem, ao fiscal de aplicação, o caderno de respostas, assinando o lacre onde estão acondicionadas os cadernos de respostas da respectiva sala.
9. Cada Questão do caderno de provas deverá ser respondida com no mínimo 25 e no máximo 45 linhas.
10. Será permitido ao candidato levar apenas a folha de rascunhos da sua prova.

DURAÇÃO DE PROVA: 3 horas

**15 QUESTÕES
OBJETIVAS**

05 de Direito Constitucional

05 de Direito Administrativo

05 de Direito Processual Civil

**01 QUESTÃO
DISSERTATIVA**

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA

ATENÇÃO: Deve ser assinalada apenas uma alternativa escolhida como resposta para cada questão. Qualquer questão com dupla marcação ou rasura será considerada errada.

<i>QUESTÃO/ ALTERNATIVA</i>	A	B	C	D	E
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

QUESTÃO DISSERTATIVA

“Compõe-se o Estado de Poderes, segmentos estruturais em que se divide o poder geral e abstrato decorrente de sua soberania. Os Poderes de Estado, como estruturas internas destinadas à execução de certas funções, foram concebidos por Montesquieu em sua clássica obra, pregando o grande filósofo, com notável sensibilidade política para a época (século XVIII), que entre eles deveria haver necessário equilíbrio, de forma a ser evitada a supremacia de qualquer deles sobre outro.”

(Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho. – 31. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017)

Disserte acerca da organização do Estado brasileiro, abordando, a sua escolha, temas como: a forma de Estado adotada, os entes que o compõem, os Poderes que o integram, a relação entre esses Poderes, o sistema e a forma de governo, as características do regime jurídico administrativo, os princípios gerais a ele atinentes, o conceito de Administração Pública, as limitações e prerrogativas dos entes públicos, etc.

CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA DISSERTATIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 - (2017/CESPE/TRT-CE) Considerando a teoria dos direitos e das garantias fundamentais julgue os itens a seguir a respeito das determinações inscritas no texto constitucional brasileiro.

I- Apenas os direitos individuais explícitos são garantidos pela Constituição Federal, não sendo admitida a invocação de direitos constitucionais implícitos.

II- Admite-se a possibilidade de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos terem força de emenda constitucional, desde que observado o procedimento específico e qualificado para a sua aprovação.

III- A livre manifestação do pensamento deve ser ampla, sendo protegido o anonimato. Assinale a opção correta.

- a) Está certo apenas o item I.
- b) Está certo apenas o item II.
- c) Estão certos apenas os itens I e III.
- d) Estão certos apenas os itens II e III.
- e) Nenhum item está certo.

02 - (2018/UFPR/UFPR) Sobre os direitos e garantias fundamentais na Constituição brasileira, assinale a alternativa correta.

a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nunca nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

b) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo em caso de resistência à ação policial.

c) A lei penal não retroagirá, em nenhuma hipótese.

d) A todos, no âmbito judicial, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, não se aplicando o mesmo princípio aos processos em âmbito administrativo.

e) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, podendo a lei estabelecer qualificações profissionais específicas, conforme o caso.

03 - (2017/FCC/DPE-RS/Técnico) O Presidente da República propôs projeto de emenda à Constituição Federal para que fosse alterada a idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo a proposta sido aprovada, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto de 3/5 dos respectivos membros. Nessa situação, a emenda constitucional daí decorrente é fruto do Poder Constituinte

a) originário, mas deveria ter sido aprovada em votação única pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, conjuntamente.

b) originário, mas foi aprovada sem que se observasse o quórum exigido pela Constituição Federal.

c) derivado, tendo sido aprovada com observância da Constituição Federal.

d) derivado, mas o Presidente da República não poderia ter apresentado o projeto de emenda à Constituição, por não estar no rol de legitimados para tanto.

e) derivado, mas não poderia ter alterado as regras para a aposentadoria dos servidores públicos dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

04 - (2018/FCC/TRT-PE) Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as funções essenciais à Justiça:

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
- d) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

05 - (2018/VUNESP/São José dos Campos) A Constituição Federal prevê, em seu capítulo sobre a Administração Pública, que o concurso público:

- a) determinará a convocação dos novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira, com prioridade em relação aos aprovados em concurso anterior.
- b) terá o prazo de validade de até um ano, prorrogável uma única vez, por mais um ano.
- c) determinará a convocação dos concursados que ainda não assumiram cargo ou emprego com prioridade para exercer cargos ou funções de confiança.
- d) terá o prazo de validade de até três anos, prorrogável uma única vez, por mais um ano.
- e) será de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06 - (2018/IBADE/João Pessoa) Correspondem aos princípios expressos da Administração Pública na Constituição Federal vigente, dentre outros:

- a) legalidade, moralidade, dignidade.
- b) eficiência, dignidade, publicidade.
- c) legalidade, eficiência, publicidade.
- d) moralidade, eficiência, transparência.
- e) legalidade, dignidade, transparência.

07 - (2018/AOCP/TRT-RJ) Assinale a alternativa INCORRETA no tocante aos princípios que regem a Administração Pública.

- a) A divulgação dos vencimentos brutos mensais dos servidores, como medida de transparência administrativa, harmoniza-se com o princípio da publicidade, vedada a divulgação de outros dados pessoais, como CPF, RG e endereço residencial.
- b) A nomeação de parente colateral, até o terceiro grau da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão na Administração, é considerada ofensa à Constituição Federal, salvo para assunção de cargos de natureza política e desde que o nomeado tenha condições técnicas de exercer o múnus público a ele transferido.
- c) Deriva do princípio da impessoalidade a vedação constitucional de que constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades em publicidade de atos dos órgãos públicos.
- d) O modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições a fim de se obterem os melhores resultados, é a única vertente apresentada pelo princípio da eficiência.
- e) O princípio da eficiência deve ser interpretado em conjunto com os demais princípios impostos à Administração, não podendo sobrepor-se a nenhum deles, sob pena de afronta à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito.

08 - (2018/FGV/MPE-AL/Técnico) O Subsecretário de Estado de Administração, no regular exercício de suas competências, decidiu instaurar processo administrativo para aquisição de produtos de limpeza, o que veio a determinar aos seus subordinados de modo expresso. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Secretário de Estado de Administração decidiu revogar a decisão tomada, por vê-la como contrária ao interesse público.

Sobre o prisma dos poderes administrativos, o ato praticado pelo Secretário de Estado é emanção do poder

- a) hierárquico, mas foi usado de modo irregular, pois o Secretário deveria suspender o ato praticado pelo Subsecretário, cabendo a revogação ao Prefeito.
- b) hierárquico, mas foi usado de modo irregular, pois só autoriza a anulação de atos ilegais praticados pelo Subsecretário, não a sua revogação.
- c) disciplinar, mas foi usado de modo irregular, pois só autoriza a anulação de atos ilegais praticados pelo Subsecretário, não a sua revogação.
- d) disciplinar, que foi usado de modo regular, pois autoriza a anulação e a revogação dos atos praticados pelo Subsecretário.
- e) hierárquico, que foi usado de modo regular, pois autoriza tanto a anulação como a revogação dos atos praticados pelo Subsecretário.

09 - (2018/FCC/DPE-AM/Assistente Técnico) Desvio de poder é a denominação de um dos possíveis vícios que acometem os atos administrativos, implicando invalidade. Referido vício relaciona-se diretamente ao elemento

- a) objeto, também conhecido como conteúdo do ato.
- b) forma, que diz respeito às formalidades essenciais à existência do ato.
- c) finalidade do ato, podendo, também, estar vinculado à competência.

d) pressuposto fático, que leva à inexistência do ato.

e) motivos de fato, em razão, no Brasil, da teoria dos motivos determinantes.

10 - (2018/IBADE/SEPLAG-SE) Fazem parte da Administração Pública Direta:

a) fundações públicas.

b) órgãos públicos.

c) sociedades de economia mista.

d) empresas públicas.

e) autarquias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11 - (2018/FCC/ALESE) Os princípios processuais da inércia da jurisdição, da isonomia e da primazia do mérito significam, respectivamente, que o Judiciário

a) só age, como regra, quando provocado pelas partes; deve o juiz tratar as partes com igualdade no processo; e deve, o juiz, priorizar a prestação da jurisdição julgando o mérito da ação, sempre que for possível suprindo e sanando irregularidades processuais.

b) age com menos eficiência do que deveria, mostrando-se inerte; o juiz deve tratar as partes com igualdade; e o juiz deve julgar com prioridade o mérito, sanando as irregularidades processuais sempre que possível.

c) só age quando provocado pelas partes; deve o juiz tratar as partes com base na lei, observando o contraditório e a ampla defesa; e somente quem tem mérito deve vencer o processo, não se permitindo privilégios a ninguém por sua condição pessoal.

d) deve vencer sua inércia, visando a tornar-se mais eficiente, em prol da sociedade; deve o juiz tratar as partes com igualdade; e o mérito do pedido deve prevalecer, devendo o juiz suprir e sanar irregularidades em qualquer ocasião.

e) só age, como regra, quando provocado pelas partes; o juiz deve ser imparcial e observar o contraditório e a ampla defesa; e o pedido de maior mérito deve ser julgado procedente pelo juiz.

12 - (2016/FGV/MPE-RJ/Técnico) São condições para o regular exercício da ação:

a) legitimidade ad causam e demanda regularmente formulada;

b) interesse de agir e competência do juízo;

c) legitimidade ad processum e possibilidade jurídica do pedido;

d) possibilidade jurídica do pedido e competência do juízo;

e) legitimidade ad causam e interesse de agir.

13 - (2017/VUNESP/TJM-SP) Quanto aos prazos processuais, é correto afirmar que

- a) a Defensoria Pública terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- b) as fundações de direito público terão prazo em quádruplo para contestar as ações.
- c) a União terá prazo quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- d) os Estados terão prazo em dobro para recorrer e simples para responder a recursos.
- e) o beneficiário da justiça gratuita terá prazo em dobro para contestar e recorrer.

14 - (2017/CONSUPLAN/TJ-MG/Oficial) Quanto aos pronunciamentos do juiz, é correto afirmar, EXCETO:

- a) Consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
- b) São despachos os pronunciamentos do juiz praticados exclusivamente a requerimento da parte.
- c) Acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais.
- d) Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão assinados pelos juízes.
- e) Nenhuma das anteriores.

15 - (2018/FGV/MPE-AL/Técnico) O Tribunal de Justiça negou provimento aos recursos interpostos pelo Ministério Público em ação civil pública ajuizada pela Instituição, o que resultou na improcedência do pedido formulado. No entender do Ministério Público, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça negou vigência a lei federal. Para o caso, se preenchidos os demais requisitos exigidos, é cabível a interposição de recurso

- a) extraordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) especial, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.